IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

REPRODUÇÃO HUMANA E DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM SAÚDE REPRODUTIVA: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS A PARTIR DA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Eixo Temático 09 –CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: BRECHAS E OUTROS POSSÍVEIS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Beatriz dos Santos Melo [1]
Débora de Aguiar Lage[2]

RESUMO

O ensino de reprodução humana ainda é um grande desafio dentro da educação básica, seja pela falta de formação qualificada nos cursos de licenciatura quanto pela conjuntura sociopolítica neoconservadora que vivemos em nosso país, que reforça o tabu relacionado ao diálogo sobre gênero, sexualidade e reprodução. O objetivo deste trabalho é compartilhar um relato de experiência de uma sequência didática sobre sistema sexual humano e reprodução humana, a partir da perspectiva dos direitos reprodutivos, dividida em 5 etapas: (1) sistema sexual peniano; (2) sistema sexual vaginal e educação menstrual; (3) saúde reprodutiva, diversidade sexual e de gênero; (4) atividade expositiva-dialogada sobre gravidez na adolescência; (5) criação de propostas temáticas para as aulas de redação. Como resultados foi possível observar uma maior naturalidade dos estudantes em dialogar sobre corpo, sexualidade, gênero e reprodução, uma abertura para a exposição de dúvidas e angústias relacionadas à vivência da puberdade e da adolescência.

Palavras-chave: Educação Sexual; Ensino em Sexualidade, Saúde Sexual, Gravidez na Adolescência, Direitos Reprodutivos.

[1] Mestranda em Ensino em Biociências e Saúde pela Fiocruz - RJ, biamelouerj@gmail.com;
[2] Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, deboralage.uerj@gmail.com;

INTRODUÇÃO

"Ter espaços para dialogar sobre sexualidade, gênero e reprodução humana sob uma perspectiva pedagógica é um direito humano que, na maioria das vezes, não é devidamente assegurado em nosso cotidiano" (Melo; Lage, 2024, p.249). Embora o tema esteja presente na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a), fatores sociopolíticos e estruturais dificultam seu pleno acesso nas escolas brasileiras.

O ensino de reprodução humana no país ainda segue um currículo tradicional, pautado em dogmas antigos voltados ao controle dos corpos e à reprodução de ideais eugenistas e patriarcais (Slongo; Delizoicov, 2003). Foucault (1979; 1988) já evidenciava como a biopolítica sexual tornaria o espaço educativo um instrumento de gestão demográfica. Ainda hoje, instituições de ensino mantêm ideologias restritivas à autonomia sexual e reprodutiva, especialmente de jovens (Heilborn, 2012). No entanto, vivemos sob a égide de um Estado democrático de direito, onde a saúde – inclusive sexual e reprodutiva – é garantida a todos (Brasil, 1988; 2013a).

Embora pouco explorado no campo do ensino de ciências e biologia na educação básica (Melo; Lage, 2024), o ensino de reprodução humana pode ser uma potente ferramenta pedagógica para a promoção de direitos. Melo (2024), com base em uma revisão de literatura, aponta que, apesar dos avanços, o ensino de reprodução ainda se limita a aspectos biomédicos, ignorando dimensões sociais e culturais (Furlani, 2017). Isso contrasta com as Diretrizes Curriculares Nacionais, que destacam o papel da educação na formação cidadã (Brasil, 2013b). Assim, é urgente que a escola acolha as demandas dos estudantes, inclusive as ligadas à sua vida reprodutiva (Melo; Lage, 2024). Embora o debate sobre direitos humanos na educação tenha sido enfraquecido nos últimos anos, o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018b) reforça a importância de uma abordagem contextualizada, coletiva e que envolva o desenvolvimento socioemocional de todos os atores da comunidade escolar.

Entretanto, a formação de professores ainda é deficitária quanto a temas sociais, especialmente aqueles ligados à sexualidade (Ribeiro; Paulini, 2022). Licenciandos em ciências biológicas carecem de espaços formativos que os preparem para lidar com as questões trazidas pelos alunos. Muitos docentes demonstram receio em abordar o tema devido ao cenário de perseguição ideológica promovido por grupos neoconservadores desde 2010, como o embate em torno do Plano Nacional de Educação e a retirada do

termo "gênero" (Bortolini, 2023). Apesar disso, mantém-se a educação sexual está prevista nos principais documentos educacionais desde 1988. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) incluíam a “Orientação Sexual” como tema transversal, promovendo o conhecimento sobre sexualidade e reprodução de forma integral.

Em 2024, o Ministério da Saúde lançou a cartilha “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, definindo a educação sexual como um processo contínuo de ensino e diálogo sobre práticas sexuais, afetos, orientação, gênero e prazer (Brasil, 2024, p.13). Nos últimos 20 anos, a saúde sexual e reprodutiva de jovens ganhou espaço nas políticas públicas (Opas, 2017), mas a sexualidade ainda é tabu (Figueiró, 2018), o que reforça o silenciamento familiar e escolar sobre este tema.

Diante disso, e do papel dos professores como educadores sexuais, foi elaborada uma sequência didática para sensibilizar estudantes do ensino médio sobre temas ligados à reprodução humana e saúde reprodutiva. Este trabalho visa compartilhar um relato de experiência da aplicação dessa sequência, dividida em cinco etapas, com o intuito de fortalecer o ensino da reprodução humana no Brasil, contribuindo com subsídios teóricos e práticos à comunidade acadêmica e docente.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de experiência, que tem como finalidade a experiência como o ponto de partida para a aprendizagem, permitindo a apresentação crítica de práticas e/ou intervenções científicas e/ou profissionais (Mussi; Flores; Almeida, 2021). A abordagem empregada nessa pesquisa foi do tipo qualitativa, a qual busca esclarecer os significados de determinados eventos a partir da correlação do sujeito com o objeto estudado (Willludwig, 2014).

Uma sequência didática (SD) foi aplicada para 30 estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola particular da cidade do Rio de Janeiro. Podemos definir sequência didática como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, quem têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (Zabala, 1998, p.18).

Ao todo foram 5 dias de aula (3 tempos diários de 50 minutos cada) dedicados a abordagem de temas ligados a reprodução humana e saúde reprodutiva na disciplina de Biologia tendo como por objetivo educacional final a elaboração de temas para as aulas de redação. A sequência foi dividida em 5 etapas: (1) tópicos ligados ao sistema sexual

peniano; (2) tópicos ligados ao sistema sexual vaginal; (3) educação menstrual; (3) saúde reprodutiva e diversidade sexual e de gênero (intersexualidade, transexualidade, direitos reprodutivos, planejamento familiar, métodos contraceptivos e aborto); (4) atividade expositiva-dialogada no auditório sobre gravidez na adolescência; (5) criação de propostas temáticas para as aulas de redação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sequência didática foi elaborada durante as aulas de Biologia de uma turma de terceiro ano de ensino médio de uma escola particular, sendo dividida em 5 partes. No primeiro dia foram abordados aspectos ligados ao sistema sexual peniano, seguindo a cronologia de assuntos sobre reprodução humana apresentados no livro didático e no planejamento trimestral da unidade escolar, contudo, ampliando as possibilidades de temas a serem debatidos, transgredindo a lógica biomedicalizante das aulas de reprodução humana (Figueiró, 1995; Furlani, 2017; Ribeiro, 2020).

Dentre os temas abordados temos nesta primeira etapa temos: (1) tipos de sexo biológico; (2) diferenciação entre adolescência e puberdade; (3) Importância da reprodução para as espécies; (4) Anatomofisiologia dos órgãos sexuais do sistema sexual peniano; (5) falocentrismo; (6) uso de substâncias no contexto sexual como a prática de automedicação do fármaco Tadalafila; (7) Uso de anabolizantes; (8) Relação entre saúde mental masculina e corpo; (9) o tabu da masturbação.

Como atividade inicial foi pedido que os alunos desenhassem e identificassem os componentes internos e externos do sistema sexual peniano. Dentre as dúvidas sanadas quatro perguntas podem ser destacadas: “por que o balanço do transporte público leva o pênis a ter uma ereção não intencional?”; “Como ocorre a cirurgia de mudança de sexo em travestis?”; “O que acontece com o espermatozoide quando não ocorre a ejaculação?” e “tem como engravidar mesmo sem ejacular dentro do canal vaginal?”. É possível notar como as dúvidas dos estudantes não se atém somente aos aspectos biológicos da sexualidade, mas também envolve outras dimensões que atravessam o seu cotidiano pessoal ou aspectos socioculturais (Figueiró, 2020).

No segundo dia de atividade foi apresentado tópicos ligados ao sistema sexual vaginal como por exemplo: (1) adolescência x puberdade feminina; (2) anatomofisiologia do sistema sexual vaginal; (3) clitóris e fisiologia do prazer feminino; (4) ciclo menstrual; (5) produtos menstruais; (6) pobreza menstrual; (7) fisiologia da gestação; (8) papel da

amamentação. Ao ser pedido que os estudantes também desenhassem os componentes internos e externos do sistema sexual vaginal, os alunos apresentaram grande dificuldade para reconhecer e representar a anatomia dos órgãos, situação que não se reproduziu no primeiro dia ao desenharem o sistema sexual peniano. Essa falta de familiarização e dificuldade de reconhecer o corpo ditado como feminino vem de uma cultura de repressão contra as mulheres (cis) como aponta Malabou em seu livro (2022). Dentre as dúvidas sanadas em aula temos: “qual o tamanho normal da vagina?”; “como eu sei que tô no período fértil?”; “como eu sei que tenho endometriose?”; “todo mundo perder o hímen quando transa?”. As dúvidas sobre o corpo feminino se depositam sob uma lógica de análise patológica da sexualidade, com o intuito de definir o que é normal ou anormal, lógica do mundo ocidental desde os tempos vitorianos (Foucault, 1988).

No terceiro dia de atividade foram debatidos os tópicos ligados a saúde reprodutiva. Dentre os temas abordados temos: (1) direitos sexuais e direitos reprodutivos; (2) saúde reprodutiva; (3) planejamento familiar; (4) gravidez na adolescência; (5) gravidez não planejada; (6) métodos contraceptivos; (7) prevenção combinada; (8) aborto legal. Dentre as dúvidas sanadas temos: “posso pegar camisinha em qualquer clínica da família?”; “o diu de cobre não é tão eficaz, né?”; “qual é o melhor método contraceptivo?”; “qual a melhor idade pra ter filho?”. A autonomia reprodutiva perpassa por um processo contínuo de construção de ferramentas cognitivas e sociais que possibilitam ou limitam a liberdade reprodutiva, portanto, adolescentes precisam ter suas dúvidas acolhidas, pois o direito a informação é um direito reprodutivo básico para sua emancipação (Melo; Lage, 2024). Como atividade inicial para tornar a aula mais lúdica produzido um jogo de cartas sobre métodos contraceptivos e também utilizado um bingo sobre métodos contraceptivos. A temática do aborto se tornou o tema mais delicado da aula, os alunos expuseram concepções que pairam no imaginário social comum brasileiro, trazendo informações distorcidas e perspectivas dissonantes da realidade material que a temática do aborto toma como problema de saúde pública nacional. Trazendo uma perspectiva histórica, vivemos atualmente uma agenda de retrocesso nos direitos reprodutivos no Brasil e no mundo, o que gera impacto direto no imaginário popular e no posicionamento das novas gerações (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Melo, 2024).

Pensando no contexto juvenil e autonomia reprodutiva, foi feito também uma atividade expositiva-dialogada sobre gravidez na adolescência no quarto dia de atividade, por meio de um material autoral sobre mitos e verdades sobre gravidez na adolescência

foi abordado o tema "direito das mulheres no contexto da gravidez na adolescência". O objetivo desta atividade foi trazer um olhar subversivo para o tema da gravidez na adolescência, tirando o foco da culpabilização juvenil sobre esse fenômeno social e trazendo uma perspectiva baseada nos direitos humanos e na promoção da dignidade humana da para adolescentes que engravidam de modo a desconstruir mitos e tabus que estigmatizam e marginalizam essas adolescentes (Heilborn, 2006).

Como última etapa desta sequência didática foi separado um momento final para que os alunos pensassem em temas ligados a reprodução humana e seus aspectos sociais para que fossem desenvolvidos como temas a serem trabalhados por meio da escrita de textos argumentativos nas aulas de redação. Dente os temas sugeridos foram: descriminalização do aborto, adolescência e infecções sexualmente transmissíveis, gravidez e HIV, direitos das pessoas intersexo, processo transexualizador no SUS, gravidez na adolescência e diversidade sexual na escola. É possível perceber como a abertura de diálogo com os estudantes pode proporcionar espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e ampliação da compreensão que o estudo da sexualidade e da reprodução humana vai muito além dos aspectos biomédicos do corpo humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do cenário sociopolítico brasileiro desfavorável à promoção de uma educação sexual emancipatória, a escola ainda pode ser um espaço seguro para o diálogo aberto sobre sexualidade e reprodução. É nesse ambiente que muitos jovens terão seu primeiro contato com temas controversos, sendo essencial que o professor atue como educador sexual, validando dúvidas, medos e sentimentos, e promovendo um ensino alinhado aos direitos sexuais e reprodutivos.

O ensino de reprodução humana nas aulas de ciências e biologia é uma das possibilidades para consolidar uma educação sexual integral. Abordar o tema com um olhar ampliado, que vá além do enfoque biomédico, é reconhecer que os fenômenos sociais também atravessam os biológicos, possibilitando aos estudantes uma compreensão crítica sobre sua vida reprodutiva enquanto exercício pleno da cidadania sexual e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, A. **É pra falar de gênero, sim: Fundamentos Legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação**. [s.n.] Brasília, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Orientação Sexual**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de Brasília. – Brasília : Ministério da Saúde, 2024.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível** / Mary Neide Damico Figueiró. – Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006. Coleção dimensões da Sexualidade.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual:retomando uma proposta, um desafio** / Mary Neide Damico Figueiró. – 3.ed. ver. E atual. – Londrina: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: saberes essenciais pra quem educa**/ Mary Neide Damico Figueiró – Curitiba: CRV, 2018.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual no dia a dia / Mary Neide Damico Figueiró. – 2.ed. rev., atual. E ampl. – Londrina: Eduel, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel et al. História da sexualidade I: a vontade de saber. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1988. p. 152-152.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Autêntica, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza (Ed.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Editora Garamond, 2006.

HEILBORN, M. L. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. **Psicologia Clínica**, v. 24, p. 57-68, 2012.

Malabou, Catherine. **O prazer censurado: Clitóris e pensamento** (Portuguese Edition) (p. 6). Ubu Editora. Edição do Kindle, 2022.

MELO, B. S. **Potencialidades do ensino em ciências para promoção dos direitos reprodutivos na educação básica**. 2024. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências) – Instituto de Biologia Roberto Alcantara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MELO, B. S.; LAGE, D. A. Do direito à informação à educação integral na adolescência: o ensino de reprodução humana no Brasil. In: **Direitos humanos e saúde: gênero e sexualidade em vozes insurgentes** / Angélica Baptista Silva, Maria Helena Barros de Oliveira, Patrícia Von Der Way, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2024.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**,Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021 .

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Ministério da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes.** Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017

REDE INTERINSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (INEE). **Educação sexual abrangente em situações de emergência: Desenvolver e oferecer educação sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos em contextos de crise**. INEE, 2023.

RIBEIRO, P. N. C. **Educação Sexual: aspectos históricos, dilemas e perspectivas**/ Pedro Neto Clares Ribeiro. – Rio de Janeiro: RJ: Autografia, 2020

RIBEIRO, R. B.; PAULINI, F. A importância da formação de professores para a abordagem da temática de educação sexual: uma revisão. **Revista As Várias Faces de Eva: o feminino na contemporaneidade**, v. 1, p. 29-44, 2022.

SLONGO, I. I. P.; DELIZOICOV, D. Reprodução humana: abordagem histórica da formação de professores de Biologia. **Revista Contrapontos**, v. 3, n. 3, p. 435-447, 2003.

UGALDE, M. C. P.; ROWEDER, C. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed. especial, p. e99220, 2020.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Secretariado do UNAIDS, Suíça, 2019.

WILLLUDWIG, A. C. Métodos de Pesquisa em Educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 204-233, 2014.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.